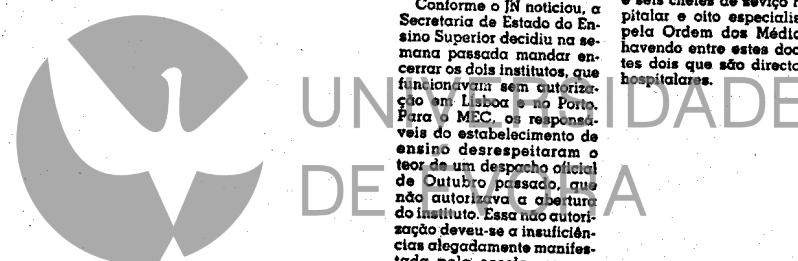


SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

ENSINO PARTICULAR/ENSINO SUPERIOR/POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO



Ensino Particular - Política educativa
Instituto superior de ciências dentárias

JAN	XV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

INSTITUTO DE CIÉNCIAS DENTÁRIAS

- ALUNOS REVOLTADOS COM ENCERRAMENTO

A Associação de Estudantes do Instituto Superior de Ciências Dentárias do Porto insurgiu-se contra o encerramento compulsivo da escola por parte do Ministério da Educação, por considerar que a medida se reportou a um «dossier» que havia sido já substituído, para dar cumprimento a solicitações do próprio Ministério.

Conforme o JN noticiou, a Secretaria de Estado do Ensino Superior decidiu na semana passada mandar encerrar os dois institutos, que funcionavam sem autorização em Lisboa e no Porto. Para o MEC, os responsáveis do estabelecimento de ensino desrespeitaram o teor de um despacho oficial de Outubro passado, que não autorizava a abertura do instituto. Essa não autorização deveu-se a insuficiências ilegalmente manifestada pela escola, no que toca à capacidade económico-financeira, instalações e corpo docente, o que comprometeria, segundo o Ministério, um ensino de qualidade.

Quanto à viabilidade económico-financeira, os alunos consideram «não ter o Ministério da Educação competência para se pronunciar sobre este facto, pois que se trata de uma cooperativa que está reconhe-

cida pelo Instituto António Sérgio do Sector Coopérativo».

No que respeita ao corpo docente, a Associação de Estudante refere que este é formado por 11 professores catedráticos, quatro professores associados, sete auxiliares, cinco assistentes universitários, cinco directores e seis chefes de serviço hospitalar e oito especialistas pela Ordem dos Médicos, havendo entre estes docentes dois que são directores hospitalares.

O corpo docente — referem os alunos — já instaurou um processo ao MEC, por se acharem lesados com o teor da ordem de encerramento.

Em relação às instalações, estes foram vistoriadas por uma comissão nomeada para o efeito, que emitiu um parecer com as alterações a fazer, as quais — diz a associação — «foram cumpridas pela nossa parte integralmente, sem que depois fossem de novo fiscalizadas».